

Uma aposta alta da diplomacia verde-amarela

Mediação bem sucedida de Lula com o Irã alçaria Brasil no cenário mundial. Mas, para especialistas, há mais riscos do que oportunidades na mesa

Com visita marcada para o Irã de ontem à noite até amanhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega ao país persa num momento crucial, em que a comunidade internacional pressiona Teerã por seu programa nuclear, que muitos acreditam esconder intenções bélicas. Embrenhando-se na complicada diplomacia do Oriente Médio, Lula disse que foi a Teerã conversar “olho no olho” com o presidente Mahmoud Ahmadinejad, e vai ainda encontrar-se com o presidente do Parlamento, Ali Larijani, e com o aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do país. Da cúpula de poder em Teerã, Lula espera tirar garantias aceitáveis à comunidade internacional sobre os fins pacíficos que o governo iraniano afirma ter seu programa nuclear. No meio da expectativa que cerca a viagem, O GLOBO promoveu uma enquete sobre o tema entre especialistas.

O Brasil tem mais a ganhar ou a perder com a tentativa de mediação nuclear junto ao Irã?

CELSO LAFER (ex-chanceler): Para se lançar por iniciativa própria na mediação com o Irã, o Brasil tem que ter efetiva condição para o encaminhamento dessa questão, que é muito difícil. Há muita desconfiança em relação à posição do Irã, que ora diz uma coisa, ora outra. A postura do presidente Lula em relação às eleições no Irã é vista como complacência, certo endosso à posição iraniana. É um pouco da diplomacia do gesto, e não dos resultados, que a meu ver são pouco prováveis de serem bem sucedidos. Acho que o Brasil perde com essa posição em relação ao Irã.

EUGÊNIO DINIZ (professor da PUC-MG e especialista em questões nucleares): O Brasil incorreu em custos políticos significativos ao mediar essa questão. E são custos que podem aumentar, dependendo do andamento do processo. Por exemplo: o Irã pode dizer que topa só para ganhar tempo, e depois voltar atrás. Em princípio, o que poderia ser um resultado favorável, pode fazer com que a situação política do presidente Lula fique complicada. O que vai parecer: ou ele (Lula) foi feito de bobo ou concordou com essa parolagem.

DEMÉTRIO MAGNOLI (doutor em Geografia Humana pela USP): Teria a ganhar se adotasse uma posição clara e nítida de defesa do TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear), criticando as manobras evasivas do Irã e declarandose disposto a apoiar uma nova rodada de sanções na hipótese de rejeição de Teerã à proposta da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Infelizmente, o Brasil não faz nada disso, arriscando-se a servir apenas à tática iraniana de protelação.

MAURÍCIO SANTORO (professor da pós-graduação de Relações Internacionais da FGV): A avaliação do governo é que a mediação oferece uma possibilidade grande de ganhar prestígio internacional (o país aspira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU) e uma oportunidade econômica muito interessante.

O lado negativo é de associarse a um país repressor, e que não compartilha dos ideais de democracia e direitos humanos do Brasil.

Estive recentemente em Brasília com diplomatas, membros do governo e parlamentares da base aliada. A aposta deles é que os aspectos positivos superam em muito os negativos.

ERICA SIMONE RESENDE (Doutora em Ciência Política pela USP): É uma aposta alta e arriscada. Se a estratégia der certo, os ganhos serão enormes, pois pela primeira vez uma potência emergente atuaria num dos problemas mais complexos do cenário internacional. A política externa brasileira seria alçada a um outro patamar.

No entanto, se der errado, e a probabilidade de dar errado é elevada, o Brasil arrisca jogar fora muitos dos ganhos que acumulou em oito anos de governo Lula.

GUILHERME CAMARGO (presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear): Independentemente de ganhar ou perder, o Brasil está assumindo um papel de destaque nas relações internacionais numa questão que é importante, uma vez que o programa nuclear brasileiro está amadurecendo.

Esse posicionamento já deveria ter sido tomado há muito mais tempo no cenário internacional. O Brasil preenche uma lacuna que faltava.

O atual regime de não proliferação de armas no mundo está falido.

VIRGÍLIO ARRAES (professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB): Para sabermos se o Brasil tem a perder ou a ganhar, precisamos esperar pelo resultado. O fato é que se trata de uma aposta de alto risco do Brasil. Ainda é cedo para prevermos qual será o impacto, mas um país que quer ter mais desenvolvimento internacional também precisa se arriscar.

SAMUEL FELDELBERG (professor do Instituto de Relações Internacionais da USP): Não há dúvida de que o Brasil vai perder com essa tentativa de mediação, não há expectativa nenhuma de resultado concreto. O esforço está sendo desperdiçado e está levando a um aumento da tensão com os EUA, que veem essa proposta de intermediação do Brasil como um empecilho para a tomada de decisões em relação as sanções contra o Irã.

ARSHIN ADIB MOGHADDAM (professor do Departamento de Estudos Internacionais da Universidade de Londres): Eu acredito que diplomática e estrategicamente o envolvimento do Brasil é perigoso, mas aumenta o status internacional do país pelo fato de o presidente Lula ser visto como um mediador imparcial pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e Alemanha e pelo Irã e seus aliados.

LUIZ FELIPE LAMPREIA (ex-ministro de Relações Exteriores): É como apostar, digamos, na loteria. Se der certo é, evidentemente, uma façanha tremenda. Mas a chance de dar certo é muito pequena. Um apostador compra o seu bilhete achando que vai ganhar a Sena. É essa situação mais ou menos. A possibilidade de que o Irã mude de rumo, altere profundamente sua política por causa de uma conversa com o presidente do Brasil é uma possibilidade remota.

JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES (presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais Cebri): Nas circunstâncias atuais, é um jogo arriscado. As chances de dar certo são menores. Acredito que não há nenhuma indicação de que seja bem-sucedido, embora seja um esforço que, sob alguns aspectos, tem seu mérito.

Que efeitos práticos pode ter essa mediação para evitar sanções ao Irã?

ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA (professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília): Atualmente o Irã está isolado.

Uma pressão adicional não apenas sinaliza pouca possibilidade de êxito sanções em geral não produzem resultados positivos como tende a fortalecer a linha mais dura dentro da sociedade iraniana. Ou seja, o governo do Irã continuará a operar trocas com outros parceiros comerciais, e a tendência será uma radicalização do atual governo, mais apoiado ainda pela sociedade doméstica.

CELSO LAFER: Isso vai depender de uma deliberação do Conselho de Segurança da ONU, que tem muitos membros. O Brasil tem uma conduta impecável nos termos de uso pacífico de armas nucleares. Assinou um tratado que ajudou a desnuclearizar a América Latina, e por isso tem uma credibilidade importante na matéria. Patrocinar a posição do Irã pode consumir o capital de credibilidade do país.

EUGÊNIO DINIZ: Pode ter um efeito prático facilmente pensável se o Irã decidir adiar essa questão. O problema é se depois o presidente Ahmadinejad voltar atrás, o que vai minar os esforços para que o Irã não sofra sanções.

Se o Irã honrar os compromissos poderia até evitar (sanções), mas o mais provável é um efeito prático de adiamento, inclusive reduzindo a credibilidade daquele país.

DEMÉTRIO MAGNOLI: Só terá efeitos práticos se o Irã resolver mudar radicalmente a sua tática, aceitando a proposta da AIEA. Isso poderia, em tese, acontecer. Mas refletiria uma reviravolta interna no regime iraniano. Não seria um efeito da mediação brasileira.

GUILHERME CAMARGO: Pessoalmente, não acredito que haja sanções.

Se a proposta for votada no Conselho de Segurança da ONU, minha aposta é que serão aprovadas, no máximo, sanções retóricas, que não afetariam a vida da população iraniana ou a própria política nuclear iraniana.

VIRGÍLIO ARRAES: O Brasil está credenciado para ser mediador, pois vem se aproximando há um bom tempo do Irã. E não apenas em função da questão nuclear, mas pelo interesse em vender para um dos mercados mais amplos do Oriente Médio. Creio ser possível evitar sanções.

ARSHIN ADIB-MOGHADDAM: Como um membro não permanente do Conselho de Segurança, o Brasil tem o poder de influenciar qualquer nova resolução de sanção no Conselho de Segurança.

Tanto o Irã quanto os EUA sabem disso e é provável que ouçam o que Lula tem a dizer. A forte objeção de uma potência regional como o Brasil teria efeito tanto na forma como uma nova sanção seria vista na comunidade internacional, quanto na maneira que ela seria implementada.

LUIZ FELIPE LAMPREIA: O efeito prático é o risco de perda de credibilidade.

É uma jogada de alto risco.

Pode afetar o prestígio, a influência diplomática do Brasil, num momento em que o país conseguiu uma inserção no processo decisório internacional elevadíssima, que nunca teve antes.

Acho muito arriscado jogar isso numa hipótese improvável de tentar convencer o Irã numa situação que ninguém mais conseguiu.

Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 16 maio 2010, Economia, p. 38.